Notícias do dia 04 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 11

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE-GO vai apurar modelo de gestão e construção do Cora 3

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
TCE apura modelo de gestão 6

RÁDIO INTERATIVA FM 94,9 - GO - FALANDO SÉRIO
TCE - GO
TCE vai apurar o inédito modelo escolhido pelo Governo de Goiás para a construção e gestão do complexo oncológico de referência 8

RÁDIO EXECUTIVA FM 92,7 - GOIÂNIA - GO - CAFÉ EM EXECUTIVA
TCE - GO
TCE vai apurar modelo escolhido pelo Governo de Goiás para a construção e gestão do complexo oncológico de referência 9

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
MP-GO realiza workshop de combate aos loteamentos clandestinos em Goiás 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Procuradoria da Alego dá prosseguimento ao curso sobre avaliação de políticas públicas 12

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE irá investigar modelo adotado para construção e gestão do CORA 13

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - GOIÁS
TCE - GO
Obra do hospital Cora é alvo de questionamento no TCE 14

GOIÁS INFORMA - QUIRINÓPOLIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Governador mostra andamento do Cora aos conselheiros do TCE-GO 15

MAIS INTERIOR - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
MP e entidades se unem no combate aos loteamentos clandestinos em Goiás 17

PORTAL DO ALAN - GO - CONTEÚDO ESPECIAL
TCE - GO
Nota de desagravo 19

TCE-GO vai apurar modelo de gestão e construção do Cora

Fabiana Pulcindi Fabíana.pulcineli(ô)opopular.com.br

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) vai apurar o inédito modelo escolhido pelo governo de **Goiás** para construção e gestão do Complexo Oncológico de Referência (Cora), ao valor de R$2,391 bilhões, sem licitação ou chamamento público. O diretório estadual do PSDB, comandado pelo ex-governador Marconi Perillo, protocolou representação ao tribunal na semana passada, apontando improbidade administrativa e inconstitucionalidade no procedimento adotado pelo governo.

Após a representação do partido, o governador Ronaldo Caiado (UB) pediu audiência com todos os conselheiros do **TCE**-GO, em encontro não incluído na agenda oficial e que ocorreu na segunda-feira (2). Sete auxiliares do governo, o vice-governador Daniel Vilela (M DB) e o presidente da Fundação Pio XII, Henrique Prata, acompanharam o governador na reunião.

Em nota, o **TCE**-GO afirmou ao POPULAR que as decisões relacionadas ao caso ocorrerão "por meio de deliberação colegiada", mas que foi iniciada instrução processual, com citação da defesa do governo, quanto à representação do PSDB.

Determinado a construir uma unidade goiana nos moldes do Hospital de Amor (antigo Hospital do Câncer), em Barretos (SP), Caiado decidiu dispensar licitação e delegar à Pio XII - organização da sociedade civil (OSC) mantenedora da unidade paulista - todo o processo de construção, estruturação (incluindo compra de equipamentos) e a gestão do Cora por 12 anos, podendo haver prorrogação por igual período.

Isso ocorreu por meio de termo de colaboração (nô 3/2022) assinado em dezembro do ano passado, entre a entidade privada, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra).

Conforme o governo vem divulgando, serão R$ 424,7 milhões para a construção da unidade, com 140 leitos. Outros R$ 240,8 milhões seriam utilizados para equipamentos.

O Portal da Transparência do Estado informa que já foram empenhados (primeira fase para liberação do orçamento) cerca de R$ 80 milhões para a fundação este ano e houve repasse de RS 40 milhões.

Antes do termo de colaboração. o governo aprovou lei (n° 21.642/2022) na Assembléia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), em novembro de 2022, que autoriza a contratação pela nova modelagem. A lei, no entanto, não traz valores de transferência para a fundação, estabelecendo apenas que será seguido "plano de trabalho". A norma inclusive autoriza "repasse superior ao valor previsto" ainda que não traga a estimativa de custos.

O governo goiano alega que a modelagem foi embasada em duas leis federais: o marco regulatório das OSCs (MROSC, n"-" 13.019/2014) e a lei nô 4.320/1964, que trata de normas gerais para elaboração e controle de orçamentos.

O marco regulatório estabelece hipóteses em que a gestão pode dispensar realização de chamamento público, com "serviços de saúde" na lista. No entanto, o PSDB alega que não há previsão de construção de hospital, que seria serviço de engenharia e não de saúde.

O partido argumenta que o governo deveria realizar licitação para construir o empreendimento, além de chamamento público para a seleção da gesto ra. Nos bastidores, auxiliares de Caiado apontam a intenção de economizar tempo ao se delegar a construção à OSC. O plano é entregar a primeira etapa do complexo, da ala pediátrica, no segundo semestre de2024.

"A Fundação Pio XII é um caso raro de especialista em construção de unidade hospital, definição de projetos e gestão desta estrutura física", critica o PSDB na representação. A legenda também alega que não houve aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde e fala em "exorbitante valor" do termo de colaboração.

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, disse que apresentará detalhamento da defesa nos autos da apuração do **TCE**-GO, mas que entende que a legislação autoriza também a forma de parceria com a entidade privada para construção e aquisição de equipamentos do hospital. "Não é conveniente

antecipar para uma reportagem o que vamos sustentar no bojo do processo administrativo", afirma.

Em termos gerais, ele diz que a tese da defesa será de que se justifica "subvenção para instituição privada sem fins econômicos, tendo em vista finalidades de interesse público, em gestão associada para a oferta de bens e cuidados em saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde)".

Segundo o procurador, embora seja de 2016, a lei do MROSC é pouco utilizada pelas administrações, mas diz ter conhecimento de caso semelhante do termo de colaboração no Estado do Rio de Janeiro.

Na nota, o **TCE**-GO disse que o governo estadual "tem mantido diálogo com o tribunal, remetendo informações para acompanhamento do projeto" e que "a posição oficial da Corte ocorrerá por meio de deliberação colegiada". Acrescentou ainda que foi constituída uma equipe para acompanhamento da obra.

Segundo informações do **TCE**-GO, no encontro de segunda-feira, o presidente do tribunal, Saulo Mesquita, afirmou que o órgão compreende a importância da obra como impulsionadora das políticas públicas de saúde e qualidade de vida, especialmente das crianças e idosos e que vai "exercer seu papel controlador, acompanhando a execução da obra e os termos contratuais, com bom senso e equilíbrio".

"É um tratamento diferenciado, com protocolos diferenciados, que exigem uma unidade de saúde especializada", disse Caiado no encontro, ao defender a escolha da fundação. Segundo ele, atualmente, 7,2 mil pacientes goianos fazem tratamento oncológico em Barretos.

Henrique Prata disse, também na reunião, que o projeto prevê "modelo de hospital público sem luxo, mas com dignidade e ambientes humanizados" e que a qualidade será idêntica ou superiora rede privada.

Estiveram na reunião os conselheiros **Sebastião Tejota**, relator do processo no **TCE**-GO, Heider Valin, Edson Ferrari. Carla Santillo, Kennedy Trindade e Celmar Rech. A reportagem não conseguiu contato com o relator. que já realizou vistorias na obra em meses anteriores.

"É um tratamento diferenciado, com protocolos diferenciados, que exigem uma unidade de saúde especializada" Ronaldo Caiado (UB), governador, em reunião no **TCE**-GO

VALORES

Técnicos da área de saúde ouvidos pelo POPULAR, sob condição de anonimato, afirmam que há especificidades de uma unidade de tratamento de câncer e que os preços em geral no setor tiveram alta a partir da pandemia do coronavirus, mas dizem que o valor previsto para a construção do Cora está acima do custo de hospitais de porte semelhante feitos pelo próprio Estado e de tabelas do mercado, a exemplo do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil (Sinape), que baliza o custo de obras federais.

O hospital regional de Águas Lindas terá 160 leitos e custo total de cerca de R$ 180 milhões (sendo cerca de RS 90 milhões da atual gestão). Já o hospital de Formosa passa por ampliação de 80 para 240 leitos (160 a mais), ao custo de R$ 112 milhões.

O Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), maior unidade de urgência do Estado, com 510 leitos, custou RS 168,2 milhões e foi equipado com RS 95,3 milhões. A entrega da unidade ocorreu em 2015.0 valor corrigido pela inflação é de RS 252,6 milhões, até dezembro do ano passado, quando foi projetado o custo do Cora.

Quanto à rede privada, um especialista citou exemplo do DF Star, da Rede D Or, em Brasília, inaugurado em 2019 ao custo de RS 450 milhões (RS 558 milhões corrigidos pela inflação) com 142 leitos. O hospital de luxo, com serviço premium de hotel seis estrelas, tem destaque para atendimento oncológico. mas não é exclusivo.

Em nota, SES e Goinfra responderam que "o cálculo para o custeio contou com a contratação de consultoria especializada. tendo em vista a complexidade e a qualidade do padrão de atendimento e serviços que o governo almeja oferecer quando o hospital estiver em pleno funcionamento".

PAC

O Cora deve receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, segundo anúncio feito em evento em agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não houve divulgação de valores e destinação da verba - se já vai para construção ou para equipamentos.

O Giro mostrou na segunda-feira que o governo Caiado não incluiu verba federal para a obra no projeto de lei orçamentária (PLOA) para 2024, alegando que não há clareza sobre a forma de execução dos projetos. Caiado incluiu o Cora na lista de três projetos prioritários que os governadores puderam apresentara União.

Caso haja entrada de recursos federais, o processo de construção pode ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (T-CU) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

Site: https://opopular.com.br/digital/04-outubro-2023/1o-caderno

TCE apura modelo de gestão

O inédito modelo escolhido pelo governo de **Goiás** para construção e gestão do Complexo Oncológico de Referência (Cora), ao valor de RS 2,391 bilhões, sem licitação ou chamamento público, será apurado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). O diretório do PSDB, comandado pelo ex-governador Marconi Perillo, protocolou representação ao tribunal na semana passada, apontando improbidade administrativa e inconstitucionalidade no procedimento adotado.

Após a representação do partido, o governador Ronaldo Caiado (UB) pediu audiência com todos os conselheiros do **TCE**-GO, em encontro não incluído na agenda oficial e que ocorreu na segunda-feira (2). Sete auxiliares do governo, o vice-govemador Daniel Vilela (MDB) e o presidente da Fundação Pio XII, Henrique Prata, acompanharam o governador na reunião.

Em nota, o **TCE**-GO afirmou que as decisões relacionadas ao caso ocorrerão "por meio de deliberação colegiada", mas que foi iniciada instrução processual, com citação da defesa do governo, quanto à representação feita.

Determinado a construir uma unidade goiana nos moldes do Hospital de Amor (antigo Hospital do Câncer), em Barretos (SP), Caiado decidiu dispensar licitação e delegar à Pio XII - organização da sociedade civil (OSC) mantenedora da unidade paulista - todo o processo de construção, estruturação (incluindo equipamentos) e a gestão do Cora por 12 anos, podendo haver prorrogação por igual período.

Isso ocorreu por meio de termo de colaboração (rí'3/2022) assinado em dezembro, entre a entidade privada, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra).

Conforme o governo vem divulgando, serão R$ 424,7 milhões para a construção da unidade, com 140 leitos. Outros R$ 240,8 milhões seriam utilizados para equipamentos.

O Portal da Transparência do Estado informa que já foram empenhados (primeira fase para liberação do orçamento) cerca de R$ 80 milhões para a fundação este ano e houve repasse de R$40 milhões.

Antes do termo de colaboração, o governo aprovou lei (n° 21.642/2022) na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), em novembro de 2022, que autoriza a contratação pela nova modelagem.

A lei, no entanto, não traz valores de transferência para a fundação, estabelecendo apenas que será seguido "plano de trabalho".

A norma inclusive autoriza "repasse superior ao valor previsto" ainda que não traga a estimativa de custos.

ALEGAÇÃO O governo alega que a modelagem foi embasada em duas leis federais: o marco regulatório das OSCs (MROSC, n° 13.019/2014) e a lei n° 4.320/1964, que trata de normas gerais para elaboração e controle de orçamentos.

O marco regulatório estabelece hipóteses em que a gestão pode dispensar realização de chamamento público, com "serviços de saúde" na lista. No entanto, o PSDB alega que não há previsão de construção de hospital, que seria serviço de engenharia e não de saúde. O partido argumenta que o governo deveria realizar licitação para construir o empreendimento, além de chamamento público para a gestora.

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, disse que apresentará detalhamento da defesa nos autos da apuração do **TCE**-GO, mas que entende que a legislação autoriza também a forma de parceria com a entidade privada para construção e aquisição de equipamentos.

Equipe acompanhará obra

Na nota, o **TCE**-GO disse que o governo estadual "tem mantido diálogo com o tribunal, remetendo informações para acompanhamento do projeto" e que "a posição oficial da Corte ocorrerá por meio de deliberação colegiada".

Acrescentou que foi constituída uma equipe para acompanhamento da obra.

Segundo o **TCE**-GO, no encontro de segunda-feira, o presidente do tribunal, Saulo Mesquita, afirmou que o órgão compreende a importância da obra e que vai "exercer seu papel controlador, acompanhando a execução da obra e os termos contratuais, com bom senso".

Técnicos da área de saúde ouvidos pela reportagem afirmam que o valor previsto para a construção do Cora está acima do custo de hospitais de porte

semelhante feitos pelo próprio Estado e de tabelas do mercado

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/04-outubro-2023/daqui-go

TCE vai apurar o inédito modelo escolhido pelo Governo de Goiás para a construção e gestão do complexo oncológico de referência

TAGS: Governo de **Goiás**, **TCE Goiás**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/10/04/RDIOINTERATIVAFM949GO-07.19.38-07.26.38-1696416221.mp3

TCE vai apurar modelo escolhido pelo Governo de Goiás para a construção e gestão do complexo oncológico de referência

TAGS: Governo de **Goiás**, **TCE** **Goiás**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/10/04/RDIOEXECUTIVAFM927GOINIAGO-06.49.03-06.50.33-1696413941.mp3

MP-GO realiza workshop de combate aos loteamentos clandestinos em Goiás

A Redação

Goiânia - O Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO) reúne entidades do poder público, privado e do terceiro setor para definir ações efetivas de combate ao loteamento clandestino em **Goiás**. O evento Workshop Lote Legal será realizado na sede do MP-GO, nesta quinta-feira (5/10). Além da elaboração do plano de trabalho, os gestores vão promover uma união de forças na criação do Fórum Permanente do Lote Legal para acompanhar as ações desenvolvidas pelos atores.

A ação tem como objetivo a elaboração de resoluções práticas para o enfrentamento aos loteamentos clandestinos, prática que gera problemas sociais, econômicos, ambientais, urbanísticos e de segurança pública em **Goiás**. A proposta foi idealizada pelo presidente da Associação dos Desenvolvedores Urbanos de **Goiás** (ADU-GO), João Victor Araújo, e visa debater medidas, procedimentos internos e interinstitucionais, além do compartilhamento de boas práticas entre os atores envolvidos.

"Unimos ao MP e demais entidades para idealizar esse Workshop com o intuito de promovermos um alinhamento de políticas efetivas para o combate ao loteamento ilegal. Sabemos que essa conduta criminosa provoca um impacto negativo em todos aspectos da sociedade, sobretudo social, ambiental, econômico e urbanístico", explica o presidente da Associação João Victor Araújo.

Ao todo, serão cinco painéis temáticos com dez minutos de exposição, em que cada participante terá a oportunidade de apresentar, de forma sintetizada, as ações de combate e alguns dos obstáculos enfrentados na fiscalização e punição de responsáveis por loteamentos clandestinos. Ao final, será realizado debate para apresentação de medidas que possam contribuir para uma maior eficácia na atuação institucional.

Incluindo Adu-GO, Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias do Estado de **Goiás** (SecoviGoiás) e MP-GO, estarão representados aproximadamente 20 entes públicos,privados e do terceiro setor (confira a lista ao final do texto), que, juntos, são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas de combate à abertura e comercialização de loteamentos clandestinos. Além de danos ambientais e de mobilidade urbana, o maior prejudicado é o comprador, enganado por quem comercializa lotes irregulares, se tornando vítima e com graves prejuízos econômicos, uma vez que não há registro cartorial.

Segundo o presidente do Secovi (GO), Antônio Carlos da Costa, a ocupação irregular de áreas não legalizadas prejudica toda a economia. "É preciso mudar a consciência das pessoas, divulgando o que é correto e mostrando os danos que a população sofre ao adquirir um lote ilegal. Essa união de todos os entes é fundamental para que haja uma política de penalização efetiva desse tipo de conduta", destacou.

Somente neste ano de 2023, o Ministério Público de **Goiás**, em parceria com a Polícia Civil com apoio da ADU-GO e do SecoviGoiás, já realizou duas operações na Região Metropolitana de **Goiânia** para combater esse tipo de problema. Uma delas foi realizada no último mês de junho, em Trindade. Outra operação ocorreu em Senador Canedo, em abril.

Para a promotora do MPGO, Marta Moriya, o Workshop vai possibilitar uma ampla articulação entre os atores e reforçar políticas de fiscalização e controle das ações ilegais. "O Ministério Público entende ser muito importante a participação de todos os órgãos de fiscalização, bem como da sociedade civil para conseguirmos resultados positivos. Neste workshop, pretendemos estreitar os canais de comunicação, planejar e executar ações conjuntas de fiscalização e prevenção. Tenho certeza que esse evento será um divisor de águas para **Goiás**", enfatiza

Confira as entidades participantes:

- Ministério Público de **Goiás** (MP-GO)

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semad)

- Delegacia Estadual de Meio Ambiente (Dema)

- Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)

- **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**)

- **Agência Goiana de Regulação** (**AGR**)

- Agência Goiana dos Municípios (AGM)

clandestinos-em-goias

- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

- Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI)

- Conselho de Arquitetura e Urbanismo de **Goiás** (CAU-GO)

- Conselho Regional de Engenharia de **Goiás** (CREA-GO)

- Colégio Registral Imobiliário de **Goiás** (CORI)

- Associação dos Notários e Registradores de **Goiás** (Anoreg)

- Universidade Federal de **Goiás** (UFG)

- Associação Goiana dos Municípios (AGM)

- Federação Goiana dos Municípios (FGM)

- Equatorial - Concessionária de energia

- Saneago - Concessionária de água

Programação

Abertura - 13h30 às 13h45

1° Painel - 13h45 às 14h30 - Como obter resolutividade na fiscalização

Participantes: SEMAD e DEMA

2° Painel - 14h30 às 15h10 - Avanços na atuação conjunta do TJ, MP e cartórios

Participantes: MP, TJ, CRECI e Cori

3° Painel - 15h10 às 15h50 - Impactos jurídicos e econômicos

Participantes: ADU, Secovi-GO e OAB-GO

Intervalo: 16h00 às 16h20 - 20m

4° Painel - 16h20 às 17h - Fiscalização e controle das concessionárias

Participantes: Equatorial, Saneago e AGM

Final: Debate, diretrizes e criação do fórum com sua carta de intenções - 17h às 18h

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/196509/mp-go-realiza-workshop-de-combate-aos-loteamentos-

Procuradoria da Alego dá prosseguimento ao curso sobre avaliação de políticas públicas

A Escola do Legislativo e a Procuradoria-Geral da **Assembleia Legislativa de Goiás** realizaram, em parceria, na última segunda-feira, 02, a segunda aula do curso "Instituição e Avaliação de Políticas Públicas por Iniciativa Parlamentar", voltado para servidores da Casa.

Por questões de agenda dos professores, foi ministrado antecipadamente o Módulo III, intitulado "Avaliação de políticas públicas e de impacto legislativo como garantia da qualidade das ações governamentais", pela professora Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, que é auditora substituta de Conselheiro no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e já foi também procuradora da Assembleia Legislativa.

A professora enfatizou a importância dos stakeholders e do relacionamento interinstitucional entre esses para o bom planejamento e execução das políticas públicas; aspectos de governança; Agenda 2030 (ODS 17); fontes de financiamento das políticas públicas no Brasil; disputas orçamentárias; planejamento financeiro-orçamentário; avaliação de políticas públicas, inclusive pelo Controle Externo; auditoria operacional; dentre outros aspectos.

O curso também contará, nos módulos seguintes, com a participação dos procuradores Eduardo Henrique Lolli, Murilo Teixeira Costa e Rafael Rodrigues Vasconcelos. O próximo módulo acontecerá na segunda-feira, dia 9.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/137821/procuradoria-da-alego-da-prosseguimento-ao-curso-sobre-avaliacao-de-politicas-publicas

TCE irá investigar modelo adotado para construção e gestão do CORA

Da Redação

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) irá investigar o modelo adotado pelo governo estadual para a construção do Complexo Oncológico de Referência (Cora), que exclui licitação ou chamamento público. A representação foi feita pelo PSDB goiano.

A Casa Civil publicou nota de desagravo contra a representação do PSDB que gerou a investigação do **TCE**-GO. No texto, o governo estadual diz que se trata de uma maneira de desacreditar, com "argumentos infundados ", o modelo adotado para a implantação de um dos maiores centros de tratamento do câncer no Brasil.

O custo do hospital, que contará com recursos do governo federal, será de R$ 2,39 bilhões. A representação do PSDB aponta improbidade administrativa e inconstitucionalidade no modelo adotado pelo governo estadual para a construção da unidade de saúde.

Diante da contestação, o governador Ronaldo Caiado (UB), ao lado de secretários e do presidente da organização social Fundação Pio XII, Henrique Prata, que faz a execução da obra e futura gestão do Cora, se reuniu com membros do **TCE**. O presidente do Tribunal, Saulo Mesquita, reconheceu a importância da obra, mas frisou que o órgão irá exercer seu papel controlador.

Governo nega irregularidades no projeto e obras do CORA

O governo estadual argumenta que o projeto nasceu de trabalho das Secretarias de Estado da Saúde e da Casa Civil, além da Procuradoria-Geral do Estado, com aprovação da Lei estadual n°. 21.642 na Assembleia, e que o modelo adotado é de termo de colaboração, amparado na Lei federal no. 13.019.

"Assim, não se verifica nenhuma violação à lei no presente caso , cabendo realçar que o parceiro privado é singular, pois possui notórias capacidades e especialidade no tema objeto da parceria, já que é reconhecido nacionalmente por sua atuação no Hospital do Amor, em Barretos.

O governo ainda aponta que a representação não indica quais seriam os atos de improbidade.

Inspirado no Hospital do Amor, de Barretos (SP), as obras do CORA continuam

As obras do Cora continuam. O hospital terá 148 leitos de internação de pacientes adultos e pediátricos, centro cirúrgico, farmácia, centro de exames por imagem e de infusão quimioterápica. O Complexo comportará procedimentos de alta complexidade, como transplante de medula óssea, além de uma ala de prevenção ao câncer e um alojamento para receber familiares de pacientes.

Site: https://www.maisgoias.com.br/politica/tce-ira-investigar-modelo-adotado-para-construcao-e-gestao-do-cora/

Obra do hospital Cora é alvo de questionamento no TCE

O governador Ronaldo Caiado (UB), acompanhado do vice-governador Daniel Vilela (MDB) e de secretários estaduais, teve de dar nesta segunda-feira (2/10) explicações sobre a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de **Goiás** (Cora) no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). Além de apresentar o modelo jurídico adotado para as obras e gestão do hospital.

É que o diretório estadual do PSDB, comandado pelo ex-governador Marconi Perillo, protocolou representação no **TCE** na semana passada, apontando improbidade administrativa e inconstitucionalidade no procedimento adotado pelo governo. Com isso, o Tribunal vai apurar o modelo escolhido pelo governo de **Goiás** para construção e gestão do futuro hospital. As obras, com custo estimado de R$ 2,391 bilhões, estão sendo realizadas sem licitação ou chamamento público.

Na reunião no **TCE**, também estava presente o presidente da organização social Fundação Pio XII, Henrique Prata, organização social escolhida pelo governo estadual para a execução da obra e futura gestão do Cora. O presidente do Tribunal, Saulo Mesquita, disse que compreende a importância da obra, mas frisou que o **TCE** vai exercer seu papel controlador. Acompanhando a execução da construção e os termos contratuais, "com bom senso e equilíbrio".

O governador disse que o Estado precisa de uma estrutura para cuidar dos pacientes com câncer e defendeu a escolha da Fundação Pio XII, que tem experiências com o Hospital de Barretos (SP), e outras unidades de tratamento de câncer no país. Caiado apresentou números sobre a morte por câncer em **Goiás**, destacando que, atualmente, 7,2 mil pacientes goianos fazem tratamentos oncológicos em Barretos.

O presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, fez um breve relato sobre o andamento da obra, que terá 140 leitos de internação em uma área de 44 mil metros quadrados de construção na ala pediátrica. Será a primeira etapa a ser entregue. Explicou que o hospital terá a mesma planta do Hospital de Barretos e apontou que obra prevê melhorias viárias para o entorno do hospital.

Henrique Prata destacou o "modelo de hospital público sem luxo, mas com dignidade e ambientes humanizados". Relatou que o serviço oferecido tem qualidade idêntica ou superior à rede privada. "Curamos 27% mais do qualquer serviço público de saúde na capital de São Paulo", observou.

Entretanto, Saulo Mesquita questionou sobre a gestão do Cora, após a conclusão das obras, com detalhes sobre a previsão de repasses e a participação da Secretaria da Saúde em todo o processo. O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, assegurou a modelagem jurídica com a adoção do marco regulatório das organizações da sociedade civil para atribuir a gestão do Cora à Fundação Pio XII.

Também informou que a Secretaria da Saúde, além de participar da formatação do modelo de gestão vai se incumbir de sua fiscalização e acompanhamento do ajuste celebrado. No caso do Cora, afirmou que a opção deu-se por uma organização que tem 61 anos de atividades na área de saúde.

Saiba mais: Caiado anuncia início da obra do Hospital do Câncer

Site: https://www.entrelinhasgoias.com.br/obra-do-hospital-cora-e-alvo-de-questionamento-no-tce/

Governador mostra andamento do Cora aos conselheiros do TCE-GO

O governador do Estado de **Goiás**, Ronaldo Caiado, acompanhado de todo o secretariado e autoridades envolvidas na construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de **Goiás** (Cora), esteve hoje (2/out) no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) para apresentar o modelo jurídico adotado para as obras e gestão do hospital. Também estiveram presentes o vice-governador Daniel Vilela e o presidente da Fundação Pio XII, responsável pela obra e pela futura gestão do complexo, Henrique Prata, além de todos os conselheiros do **TCE**-GO.

O encontro foi aberto pelo presidente Saulo Mesquita, destacando que o Tribunal compreende a importância dessa obra como impulsionadora das políticas públicas de saúde e qualidade de vida, especialmente das crianças e idosos. "É preciso dar dignidade no tratamento dessa doença terrível e que traz consequências enormes para a pessoa diagnosticada e toda a sua família", destacou. O presidente acrescentou que o **TCE**-GO vai exercer seu papel controlador, acompanhando a execução da obra e os termos contratuais, com bom senso e equilíbrio.

Em sua fala, o governador Ronaldo Caiado destacou que o Estado precisa de uma estrutura para cuidar dos pacientes com câncer. "É um tratamento diferenciado, com protocolos diferenciados, que exigem uma unidade de saúde especializada", disse, ao defender a escolha da Fundação Pio XII, que tem experiências com o Hospital de Barretos, SP, e outras unidades de tratamento de câncer no país. Caiado apresentou números sobre a morte por câncer em **Goiás**, destacando que, atualmente, 7.200 pacientes goianos fazem tratamentos oncológicos em Barretos.

O presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, fez um breve relato sobre o andamento da obra, que terá 140 leitos de internação em uma área de 44 mil metros quadrados de construção na ala pediátrica, a primeira a ser entregue. Ele explicou que o hospital terá a mesma planta do Hospital de Barretos, que se diferencia por um tratamento que humaniza e é todo pensado para o paciente com câncer. Vissotto apontou que obra prevê melhorias viárias para o entorno do hospital.

Henrique Prata, presidente da Fundação Pio XII, destacou o "modelo de hospital público sem luxo, mas com dignidade e ambientes humanizados", relatando que o serviço oferecido tem qualidade idêntica ou superior à rede privada. "Curamos 27% mais do qualquer serviço público de saúde na capital de São Paulo", observou.

O vice-governador Daniel Vilela usou da palavra para testemunhar que no interior de **Goiás** é comum a realização de eventos com o intuito de arrecadar fundos para financiar tratamentos em Barretos. "Os próximos leilões já podem se valer dos recursos para financiar o Cora", brincou.

GESTÃO DO CORA

Antes de encerrar a reunião, Saulo Mesquita indagou sobre a gestão do Cora, após a conclusão das obras, com detalhes sobre a previsão de repasses e a participação da Secretaria da Saúde em todo o processo. O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, incumbiu-se de responder, assegurando que a PGE-GO cuidou da modelagem jurídica da nova unidade de saúde, tendo colacionado vários despachos, estudos e pareceres que indicaram a adoção do marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/ 2014) para atribuir a gestão do Cora à Fundação Pio XII.

Também informou que a Secretaria da Saúde, além de participar da formatação do modelo de gestão vai se incumbir de sua fiscalização e acompanhamento do ajuste celebrado. Arruda explicou que o marco regulatório, em que pese estar em vigência desde 2016, ainda é pouco utilizado e que, basicamente, difere do modelo de contratação das organizações sociais para a gestão de hospitais públicos, das quais não se exige prévio título de especialização em saúde - o que é exigido pelo marco regulatório. No caso do Cora, afirmou o procurador-geral, a opção deu-se por uma organização que tem 61 anos de atividades na área de saúde.

PRESENÇAS

Além dos já citados, participaram do encontro os conselheiros **Sebastião Tejota**, relator do processo no **TCE**-GO, Helder Valin, Edson Ferrari, Carla Santillo, Kennedy Trindade e Celmar Rech. Estiveram presentes os secretários de Estado da Saúde, Sérgio Vencio; da Economia, Selene Peres; da Casa Civil, Jorge Pinchemel; da Comunicação, Gean Carlo

Carvalho; Geral do Governo, Adriano da Rocha Lima. E, ainda, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o secretário municipal de Saúde de **Goiânia**, Wilson Pollara, além de técnicos do **TCE**-GO e do governo estadual.

Site: https://goiasinforma.com.br/governador-mostra-andamento-do-cora-aos-conselheiros-do-tce-go/

MP e entidades se unem no combate aos loteamentos clandestinos em Goiás

O Ministério Público do Estado de **GOIÁS** (MPGO), em parceria com a Associação dos Desenvolvedores Urbanos de **GOIÁS** (ADU-GO) e o Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias do Estado de **GOIÁS** (SecoviGoiás), reúne entidades do poder público, privado e do terceiro setor para definir ações efetivas de combate ao loteamento clandestino em **GOIÁS**. O Workshop Lote Legal será realizado na sede do órgão na capital no dia 5 deste mês. Além da elaboração do plano de trabalho, os gestores vão promover uma união de forças na criação do Fórum Permanente do Lote Legal para acompanhar as ações desenvolvidas pelos atores.

A ação tem como objetivo a elaboração de resoluções práticas para o enfrentamento aos loteamentos clandestinos, prática que gera problemas sociais, econômicos, ambientais, urbanísticos e de segurança pública em **GOIÁS**. A proposta foi idealizada pelo presidente da ADU-GO, João Victor Araújo, e visa debater medidas, procedimentos internos e interinstitucionais, além do compartilhamento de boas práticas entre os atores envolvidos.

"Unimos ao MP e demais entidades para idealizar esse Workshop com o intuito de promovermos um alinhamento de políticas efetivas para o combate ao loteamento ilegal. Sabemos que essa conduta criminosa provoca um impacto negativo em todos aspectos da sociedade, sobretudo social, ambiental, econômico e urbanístico", explica o presidente da Associação João Victor Araújo.

Ao todo, serão cinco painéis temáticos com dez minutos de exposição, em que cada participante terá a oportunidade de apresentar, de forma sintetizada, as ações de combate e alguns dos obstáculos enfrentados na fiscalização e punição de responsáveis por loteamentos clandestinos. Ao final, será realizado debate para apresentação de medidas que possam contribuir para uma maior eficácia na atuação institucional.

Incluindo AduGo, Secovi e MP-GO, estarão representados aproximadamente 20 entes públicos,privados e do terceiro setor (confira a lista ao final do texto), que, juntos, são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas de combate à abertura e comercialização de loteamentos clandestinos. Além de danos ambientais e de mobilidade urbana, o maior prejudicado é o comprador, enganado por quem comercializa lotes irregulares, se tornando vítima e com graves prejuízos econômicos, uma vez que não há registro cartorial.

Segundo o presidente do Secovi (GO), Antônio Carlos da Costa, a ocupação irregular de áreas não legalizadas prejudica toda a economia. "É preciso mudar a consciência das pessoas, divulgando o que é correto e mostrando os danos que a população sofre ao adquirir um lote ilegal. Essa união de todos os entes é fundamental para que haja uma política de penalização efetiva desse tipo de conduta", destacou.

Somente neste ano de 2023, o Ministério Público de **GOIÁS**, em parceria com a Polícia Civil com apoio da ADU-GO e do SecoviGoiás, já realizou duas operações na Região Metropolitana de **Goiânia** para combater esse tipo de problema. Uma delas foi realizada no último mês de junho, em Trindade. Outra operação ocorreu em SENADOR CANEDO, em abril.

Para a promotora do MPGO, Marta Moriya, o Workshop vai possibilitar uma ampla articulação entre os atores e reforçar políticas de fiscalização e controle das ações ilegais. "O Ministério Público entende ser muito importante a participação de todos os órgãos de fiscalização, bem como da sociedade civil para conseguirmos resultados positivos. Neste workshop, pretendemos estreitar os canais de comunicação, planejar e executar ações conjuntas de fiscalização e prevenção. Tenho certeza que esse evento será um divisor de águas para **GOIÁS**", enfatiza

Confira as entidades participantes:

- Ministério Público de **GOIÁS** (MP-GO)

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semad)

- Delegacia Estadual de Meio Ambiente (Dema)

- Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)

- **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**)

- **Agência Goiana de Regulação** (**AGR**)

- Agência Goiana dos Municípios (AGM)

- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

- Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI)

- Conselho de Arquitetura e Urbanismo de **GOIÁS** (CAU-GO)

- Conselho Regional de Engenharia de **GOIÁS** (CREA-GO)

- Colégio Registral Imobiliário de **GOIÁS** (CORI)

- Associação dos Notários e Registradores de **GOIÁS** (Anoreg)

- Universidade Federal de **GOIÁS** (UFG)

- Associação Goiana dos Municípios (AGM)

- Federação Goiana dos Municípios (FGM)

- Equatorial - Concessionária de energia

- Saneago - Concessionária de água

Programação

Abertura - 13h30 às 13h45

1° Painel - 13h45 às 14h30 - Como obter resolutividade na fiscalização

Participantes: SEMAD e DEMA

2° Painel - 14h30 às 15h10 - Avanços na atuação conjunta do TJ, MP e cartórios

Participantes: MP, TJ, CRECI e Cori

3° Painel - 15h10 às 15h50 - Impactos jurídicos e econômicos

Participantes: ADU, Secovi-GO e OAB-GO

Intervalo: 16h00 às 16h20 - 20m

4° Painel - 16h20 às 17h - Fiscalização e controle das concessionárias

Participantes: Equatorial, Saneago e AGM

Final: Debate, diretrizes e criação do fórum com sua carta de intenções - 17h às 18h

Site: https://maisinterior.com.br/mp-e-entidades-se-unem-no-combate-aos-loteamentos-clandestinos-em-goias/

Nota de desagravo

Alan Ribeiro

O Estado de Goiás vem a público desagravar veementemente a representação realizada pelo Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB/GO (Executiva Regional no Estado de Goiás) junto ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** sobre a construção do Complexo Hospitalar Oncológico - CORA.

A representação tenta, com argumentos infundados, descredibilizar o modelo de contratação adotado pelo Estado de Goiás para a implantação de um dos maiores centros de tratamento do câncer no Brasil.

É de ser ressaltado que por sua importância impar, esse modelo de implantação foi objeto de debate prévio junto aos Poderes e órgãos autônomos do Estado, o que reforça a lisura e a transparência almejadas pelo Governo do Estado.

Além disso, esse projeto nasceu de um trabalho minucioso realizado pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Casa Civil, além da Procuradoria-Geral do Estado, cujos estudos resultaram na elaboração da Lei estadual n°. 21.642, de 23 de novembro de 2022, amplamente discutida no Parlamento goiano.

Quanto aos argumentos elencados na representação, verifica-se imprecisão quanto à constante menção à não realização de licitação para a celebração de parceria entre o Estado de Goiás e o Hospital do Amor.

E preciso ressaltar que, ao contrário do que alega o requerente, o modelo ora adotado foi o de termo de colaboração, com base no que dispõe a Lei federal n°. 13.019, de 31 de julho 2014, em conformidade com seu art. 31, caput e inciso II.

Assim, não se verifica nenhuma violação à lei no presente caso, cabendo realçar que o parceiro privado é singular, pois possui notórias capacidade e especialidade no tema objeto da parceria, já que é reconhecido nacionalmente por sua atuação no Hospital do Amor, em Barretos/SP.

Ademais, foi aprovado recentemente o Decreto n° 10.283, de 6 de julho de 2023, que designou a GOINFRA como responsável pelo acompanhamento da obra, competindo- lhe fiscalizar o pagamento e a execução, o que corrobora o compromisso do Estado de que não haja qualquer impropriedade na satisfação do interesse público.

Não obstante a representação mentir quando aponta atos de improbidade administrativa pelo Senhor Governador, não indica quais seriam esses atos, utilizando- se equivocadamente redação que até já se encontra alterada na Lei federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992, o que revela uma tentativa mal sucedida de ataque político, e não técnico, ao Chefe do Poder Executivo e a uma importante obra destinada ao povo goiano.

Por fim, o Estado de Goiás informa que se encontra, como sempre esteve, à disposição dos órgãos de controle para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Ronaldo Caiado

Governador de Goiás

Site: https://portaldoalan.com.br/2023/10/nota-de-desagravo/